

1 **ATA DA 113ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES DE MS/CEC-**
2 **MS, E 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE**
3 **INTERESSE SOCIAL DE MS/CONGFEHIS-MS, REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2018,**
4 **NO PLENARINHO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA.**

5 Aos vinte e três dias do mês de agosto de 2018, reuniram-se no Plenarinho da Assembleia
6 Legislativa, em Campo Grande/MS, os Membros do Conselho Estadual das Cidades de Mato
7 Grosso do Sul - **CEC/MS e do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social –**
8 **CONGFEHIS/MS – Maria do Carmo Avesani Lopez (CEC e CONGFEHIS) –** Secretária Executiva
9 do Conselho Estadual das Cidades – CEC/MS; **Inês Pereira Esteves –** Departamento Estadual de
10 Trânsito/DETRAN-MS; **Mauricio Pavão Flores –** Secretaria de Estado de Segurança; **Antônio**
11 **Claudio Lanza de Oliveira –** Empresa de Saneamento do Estado de MS – SANESUL; **Ricardo**
12 **Oliveira de Souza –** Caixa Econômica Federal/CEF-MS; **Aroldo A. Figueiró –** Conselho Regional
13 de Engenharia e Agronomia/CREA-MS; **Vera Cristina Galvão Bacchi –** Prefeitura Municipal de
14 Campo Grande; **Anízio de Souza dos Santos –** Prefeitura Municipal de Dourados; **Edson Ageo**
15 **Maidana Nunes (CEC e CONGFEHIS) -** Federação das Associações de Moradores do Estado do
16 Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Auro da Silva -** Federação das Associações de Moradores do
17 Estado do Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edymar Fernandes Cintra (CEC e CONGFEHIS) -**
18 Sociedade de Apoio a Luta Pela Moradia/SAM-MNLM; **Claudio Hideaki Kitaguti (CEC e**
19 **CONGFEHIS) –** Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis
20 e dos Edifícios em Condomínios Residenciais e Comerciais do Estado de MS/SECOVI-MS; **Orlando**
21 **Moreira Júnior –** Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS; **Silvia Bontempo –** Ordem
22 dos Advogados do Brasil Seção Mato Grosso do Sul/OAM-MS; **Danilo Kayatt Lacoski –** Secretaria
23 de Estado de Fazenda/SEFAZ; **Gisela Luzia Fernandes –** Secretaria de Estado de Infraestrutura;
24 **Kely de Paula de Oliveira –** Sindicato Intermunicipal da Indústria da Construção em MS; **Jean**
25 **Saliba –** Sindicato dos Engenheiros de MS/SENGE/MS; **Tânia Maria de Souza Marques e César**
26 **Magalhães** da Secretaria Executiva do CEC. Como convidados A 113ª Reunião Ordinária do
27 Conselho Estadual das Cidades/CEC teve como pauta: **Abertura; Informes; Aprovação da Ata**
28 **112ª Reunião do CEC; Apresentação do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no**
29 **Trânsito (PNATRANS) – Sra. Regina Maria Duarte - Presidente do CETRAN-MS (Conselho**
30 **Estadual de Transito de MS); Definição de pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A 51ª
31 Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social/CONGFEHIS
32 teve como pauta: **Aprovação da Ata 50ª Reunião Ordinária e 3ª Reunião Extraordinária;**
33 **Apresentação da Arrecadação FEHIS/MORAR LEGAL e TAXAS de Despesas Operacionais**
34 **dos meses de junho e julho/2018; Revisão dos Valores de Investimento no Programa Lotes**
35 **Urbanizado; Definição de pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A **Senhora Tânia**
36 **Marques** cumprimentou a todos, fez a abertura da Reunião informando que a Senhora Maria do
37 Carmo solicitou que fizesse a abertura para que não houvesse atraso na realização das reuniões,
38 uma vez que ainda estaria em atendimento na sede da AGEHAB-MS e se atrasaria por 10 minutos.
39 Em seguida passou para os **Informes:** Perguntou se alguém tinha algum informe. A **Conselheira**
40 **Inês Esteves** fez um destaque que no mês de setembro temos a Semana Nacional do Trânsito e o
41 DETRAN com seus diversos parceiros estão com uma série de atividades para a conscientização
42 de um trânsito seguro, e a agenda será encaminhada aos Conselheiros via e-mail. A **Conselheira**
43 **Vera Bacchi** convidou os Conselheiros para participarem de palestra referente Gel-desaines e
44 modelagem paramétrica na cocriação do território que se realizará as 19:30 horas do dia 24/08, no
45 Auditório do bloco M da UCDB. A palestrante será a Arquiteta, Urbanista e doutora em Geografia
46 Ana Clara Mourão Moura. É uma palestra sobre planejamento territorial, com análises de
47 multicritérios. Foi através dos livros dessa palestrante que a PLANURB se baseou para propor a
48 revisão do Plano Diretor de Campo Grande. Ofereceu aos Conselheiros, duas vagas da Oficina
49 **“Geo designer como suporte a cocriação e compartilhamento de decisões sobre o território”.**
50 Elucidou que era uma oficina técnica que será realizada das 09 às 12 horas e das 13 às 16 horas,

51 e a pessoa necessita ter conhecimento de computação, e que será realizada no laboratório de
52 informática II no bloco A. Em continuidade a **Senhora Tânia Marques** transfere a condução da
53 mesa para a **Senhora Maria do Carmo** que cumprimenta a todos e passa para a próxima pauta,
54 **Aprovação da Ata 112ª Reunião do CEC e 50ª Reunião Ordinária e Reunião Extraordinária**
55 **(realizada no dia 26/07/18) do CONGFEHIS:** Foi explicado que a Ata da 112ª Reunião do CEC
56 não foi concluída devido à demora em receber a gravação, uma vez que a Assembleia Legislativa
57 estava em recesso, ficando para aprovação na reunião de setembro. A Ata da 50ª Reunião Ordinária
58 e da Reunião Extraordinária do CONGFEHIS foram aprovadas sem ressalvas. Prosseguindo
59 convidou a **Sra. Regina Maria Duarte - Presidente do CETRAN-MS (Conselho Estadual de**
60 **Transito de MS) para fazer a Apresentação do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões**
61 **no Trânsito (PNATRANS). A Sra. Regina** cumprimentou a todos, agradeceu o convite ao CETRAN
62 para explanar sobre o resultado da Audiência Pública realizada em nosso Estado no dia 05/07/2018,
63 no Auditório da ASSOMASUL, em atendimento a **Lei Federal 13.614** de 11/01/2018. Informou que
64 as pessoas da equipe que a acompanha, foram os painelistas da Audiência Pública. Iniciou
65 esclarecendo que nosso estado ainda estava trabalhando no Plano da Década de Ação para
66 Segurança Viária – 2011/2020. Explicou que o **Plano Nacional de Redução de Acidentes e**
67 **Segurança Viária** para a Década 2011- 2020, cujo texto foi produzido com a contribuição das
68 organizações governamentais e não governamentais reunidas pelo Comitê Nacional de Mobilização
69 pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, coordenada pelo Departamento Nacional de Trânsito –
70 DENATRAN, foi o ponto de partida para a construção de um documento. Elaborado a partir do
71 **chamamento da ONU**, que, na Assembleia Geral, em março de 2010, com base em estudos da
72 Organização Mundial de Saúde, estabeleceu a década 2011-2020 como a **Década de Ação para**
73 **Segurança Viária**, convocando todos os países signatários, e o Brasil foi um deles, para esse
74 esforço mundial. Que o Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária sugere
75 propostas de ação efetivas que possam, de fato, reverter o quadro atual de acidentalidade no país.
76 Lembrou que é fundamental, ainda, que exista a vontade política dos Poderes Executivo, Legislativo
77 e Judiciário, e que conte com o apoio explícito da Presidência da República, dos Governadores,
78 Prefeitos, do Presidente do Congresso Nacional e dos presidentes de partidos políticos, do
79 Conselho Nacional de Promotores e do Conselho Nacional de Justiça. Vale lembrar que nos países
80 que reverteram a curva de acidentalidade, os programas de segurança viária foram assumidos pelo
81 poder central, *não apenas com gestos importantes no campo da comunicação*, mas com efetivo
82 direcionamento de recursos. Que da Lei Federal Cria o **Plano Nacional de Redução de Mortes e**
83 **Lesões no Trânsito (PNATRANS)** e acrescenta dispositivo à **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de**
84 **1997 (Código de Trânsito Brasileiro)**, para dispor sobre regime de metas de redução de índice de
85 mortos no trânsito por grupos de habitantes e de índice de mortos no trânsito por grupos de veículos,
86 em seu **Art. 2º diz: Fica criado o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito**
87 **(PNATRANS) a ser elaborado em conjunto pelos órgãos de saúde, de trânsito, de transporte**
88 **e de justiça.** Que para a construção do processo do PNATRANS conforme estabelece a Lei
89 Federal, faltou orientações e diretrizes específicas pelo Denatran, e o curto espaço de elaboração
90 da Audiência Pública dificultou o entendimento das atividades necessárias a construção. O
91 **CETRAN/MS** criou através de Deliberação um Grupo de Trabalho para desenvolvimento dos
92 processos do **PNATRANS**, com reuniões semanais no total de 04 reuniões no Auditório do 17º
93 Batalhão da polícia militar de Transito em Campo Grande/MS, que contou com a efetiva
94 participação da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública através do Departamento
95 Estadual de Transito - DETRAN/MS, Polícia Militar (Batalhão da Polícia Militar de Transito da
96 Capital, do Batalhão da Polícia Militar Rodoviária), da Assessoria Militar do DETRAN/MS, da
97 Secretaria de Estado de Saúde, da Prefeitura Municipal de Campo Grande através da Agência
98 Municipal de Transito e Transporte - AGETRAN/CG, do Serviço Social do Transporte – SEST,
99 Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, da Secretaria de Estado de Meio
100 Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Família – SEMAGRO e da

101 Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul - ASSOMASUL. Expôs que nosso estado é o
102 segundo do Brasil em atendimento à Legislação, só perdemos para o Rio Grande do Sul, onde o
103 Ministério Público tomou a frente do assunto. Que dos 79 municípios do Estado 57 estão integrados
104 ao S.N.T, 12 municípios fronteiriços. Que em nosso Estado tem sido efetuado um trabalhado muito
105 consistente na fiscalização do trânsito nas rodovias estaduais, mas que sentem a ausência da
106 AGESUL, como Órgão executivo rodoviário de trânsito. Que o órgão está meio alheio a questão de
107 gestão e educação e isso foi questionado no PNATRANS. **Que as principais causas de acidentes**
108 **de trânsito são:** Excesso de velocidade, ingestão de bebidas alcoólicas, uso de celular, uso
109 inadequado dos equipamentos de segurança como cinto de segurança ou capacete, ultrapassagens
110 indevidas, má visibilidade (chuva, neblina, cerração), outras imprudências dos condutores. Expôs
111 sobre as **Propostas e metas de desempenho para a segurança no trânsito - 2018/2028:**
112 Sensibilizar os administradores municipais sobre a importância ao atendimento às Leis e a
113 obrigatoriedade de preservar vidas quanto a segurança no trânsito; Buscar investimentos na área
114 federal para os municípios através de projetos na Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade
115 Urbana; Instituir por meio de Decreto ou Portaria um Comitê Inter setorial Estadual para apoio
116 Técnico, monitoramento e avaliação do PNATRANS no MS; Garantir uma agenda prioritária entre
117 parceiros estaduais por meio de um cronograma de reuniões e de ações do Comitê Estadual para
118 monitoramento e avaliação das ações do PNATRANS no MS junto aos municípios; Implantação e
119 implementação de medidas de decisão, intervenção para redução de acidentes, através de análise,
120 diagnóstico e estudo detalhado dos locais dos acidentes de trânsito, visando a elaboração de
121 projetos; Priorizar estudo para adequação de vias e rodovias estaduais mais seguras, atendendo a
122 legislação atual e investimentos em engenharia e infraestrutura com padrões técnicos que
123 consideram prioritariamente a segurança no trânsito; Melhorar as condições das vias e a
124 fiscalização nos municípios para minimizar as imprudências no transito, a acessibilidade, os
125 equipamentos e a sinalização para os pedestres e condutores; Realizar investimento público de
126 forma adequada e para prevenção dos acidentes, reduzindo lesões e mortes de motociclistas;
127 Reduzir prioritariamente as lesões e mortes no trânsito relacionados a condutores que consomem
128 álcool e/ou reduzir os casos as outras substâncias psicoativas; Implantar projetos permanentes de
129 sensibilização que façam os condutores obedecerem as leis que restringe ou proíbe o uso de celular
130 ao dirigir; Sensibilizar através de campanhas educativas contínuas sobre o uso correto do capacete,
131 do cinto de segurança e equipamentos obrigatórios; Implantar e Fomentar a Educação de Trânsito
132 de forma continua em toda a rede de ensino(particular, estadual e municipal) de forma obrigatória
133 e permanente; Implantar e Fomentar em atendimento a Lei nº 9.503/97 a Escola Pública de Transito
134 pelos órgãos executivos de trânsito; Capacitar todos os técnicos da área de trânsito, com
135 exigência para nível de escolaridade; Criar Programa Nacional de Gestão Integrada de Informações
136 no âmbito federal, estadual e municipal; Fortalecimento da integração de órgãos e entidades na
137 área de trânsito, transporte e mobilidade; Esforços para reduzir vitimização de usuários mais
138 vulneráveis; Utilizar os recursos de infrações de transito, do FUNSET previstos em Lei para
139 fomentar ações de engenharia, fiscalização e educação para o trânsito; Acompanhar e fomentar
140 projetos e programas elaborados pelos municípios voltados para a gestão, fiscalização, educação
141 e engenharia, pelo Órgão Executivo de Trânsito do Estado. Expôs que o **Relatório analítico**
142 **referente ao cumprimento das metas fixadas, se pretende cumprir da seguinte forma:** Metas
143 a serem atingidas em um ano: agosto 2019 = 5%. Metas a serem atingidas em cinco anos: agosto
144 2023 = 25%. Metas a serem atingidas em dez anos: agosto 2028 = 50%. Que na Audiência Pública
145 ficou determinado que o Grupo de Trabalho (que deverá ser transformado em Comitê) de
146 Acompanhamento deverá trabalhar nos próximos dez anos através dos Pilares de Atuação: 01)
147 Gestão; 02) Educação; 03) Saúde; 04) Esforço Legal; 05) Segurança veicular e Viária. Desta forma
148 ao final de dez anos após entrada em vigor do PNATRANS, tanto o índice nacional de mortos por
149 grupos de veículos e o índice nacional de mortos por grupo de habitantes deverá ser reduzido pela
150 metade. Em seguida a Senhora Regina passou a palavra para o **Tenente Coronel Franco Alan**

151 (Comandante do Batalhão de Trânsito) que cumprimentou a todos e explicou que foi criado o
152 Gabinete de Gestão Integrada de Trânsito que cuida do perímetro Urbano de Campo Grande e do
153 Trânsito dos Municípios, que são dois cenários diferentes em relação a dados. Que existe um
154 Programa de Vida no Trânsito, que trabalha com relação a década de 2010 a 2020, com redução
155 de 50% de mortes no trânsito, coordenado pelo Ministério da Saúde. Que na Capital tivemos
156 aumento de população, de frota de veículos e frota de motocicletas. Que em 2014 tínhamos 843.120
157 mil habitantes, 363 mil veículos/quatro rodas e 146.794 mil veículos/duas rodas e em 2017 tínhamos
158 874.210 mil habitantes, 406.813 mil veículos/4 rodas e 161.604 veículos/2 rodas. Que são em média
159 2 veículos e meio por família composta por 3 pessoas, uma das maiores frotas do país. Com
160 aumento de população e frota, a tendência é aumentar o índice de acidentes/mortes, porém em
161 2014 tivemos 112 pessoas que foram a óbito e em 2017 comente 70. Explicou que as características
162 da cidade em relação à segurança viária foi o crescimento da frota de motos, elevando o número
163 de vítimas graves entre motociclistas; Que a cidade é plana, com vias largas, sem
164 congestionamentos, então os condutores excedem a velocidade. Que são realizadas algumas
165 ações para diminuir a violência no trânsito, tais como: Carnaval; Volta às Aulas; Palestras nas
166 escolas; Dia da Mulher; Maio Amarelo; Voltas às Aulas II; Semana Nacional do Trânsito. Que para
167 reduzir a violencia é necessário intensificar a repressão, exemplificando sobre dirigir embriagado:
168 2015 – 408 notificações e 253 prisões; 2016 - 380 notificações e 235 prisões; 2017 – 571
169 notificações e 291 prisões e 2018 até o momento 634 notificações e 225 prisões. Quanto as
170 notificações por excesso de velocidade, em 2014 tivemos 163.942 e em 2017 tivemos 10.339.
171 Porém a redução foi em função do termino de contrato com a empresa que administra os radares.
172 Que a Policia está intensificando a fiscalização e por dia retiram de circulação 30 não habilitados
173 que estão dirigindo na Capital. Quanto ao interior do Estado, hoje todos tem o mesmo padrão de
174 tecnologia, informação e equipamento. Que a violência no trânsito urbano e vitmas fatais também
175 tem diminuído, que em 2013 tivemos 138 mortes e em 2017 tivemos 76 (numero selelhante a
176 capital, lembrando que a Capital foi 70). Concluindo, o **Senhor Franco Alan apresentou** as
177 Propostas aprovadas na Audiência pública: **1) complementação da fiscalização eletrônica; 2)**
178 **intensificar blitz: não habilitados, veículos irregulares, embriaguez; 3) educação para o**
179 **trânsito; 4) melhoria no sistema viário; 5) melhoria no transporte coletivo; 6) acesso à CNH**
180 **com um custo menor.** Em seguida passou a palavra para o **Wagner Ferreira da Silva** (Presidente
181 da Policia Militar Rodoviária) que cumprimentou a todos e iniciou sua explanação demonstrando o
182 cenário do nosso trânsito rodoviário. Que estamos num complexo de quase 15 mil quilômetros, com
183 pouco mais de 30% pavimentado, 40% não pavimentada e ainda temos rodovias em fase de
184 implantação. Que o Batalhão de Policia Militar Rodoviário é a unidade da Polícia Militar responsável
185 pelo **Policimento Ostensivo Rodoviário e Fiscalização de Trânsito nas vias rurais** sob
186 circunscrição da AGESUL (vias estaduais). Na prática são quase **15 mil km** de malha viária e
187 estamos distribuídos em 11 bases operacionais, temos um grande volume de bases na região de
188 fronteira sul, que é um complicador para o trânsito, e temos um vazio de policiamento na região
189 norte. Que as estatísticas de acidentes em rodovias, temos um cenário linear, pois em 2016 tivemos
190 19% de morte e 81% de vitmas lesionadas e em 2017 tivemos 18% de mortes e 82% de vitmas
191 lesionadas. Que a fiscalizazação foi ampliada em 30% no inicio de 2018 e já tivemos como resultado
192 a redução de 23% de acidentes. Quanto as vitmas fatais tivemos uma pequena queda de 2016/2017
193 , porém nos meses de julho e dezembro existe um acentuado aumento no acidentes e numeros de
194 vitmas fatais, pois aumenta o fluxo de veiculos nas rodovias. Que o diagnóstico quanto aos
195 acidentes com vitmas fatais tem como características: Violentos/velocidade e multiplas vitmas; Que
196 os periodos são: Feriados prolongados, férias escolares, festas de final de ano (acidentes em pleno
197 dia). Quanto as causas são: Excesso de velocidade, falta de uso do cinto de segurança, consumo
198 de alcool, ultrapassagem em locais proibidos. Que as ações do batalhão de Policia Militar
199 Rodoviária são bastante preventivas com atividades diversas, tais como: Estudos e planejamentos
200 voltados à eficiência da fiscalização preventiva; Monitoramento das condições da malha viária;

201 Operações temáticas (ex: em feriados, locais determinados, por tipo de infração a coibir/inibir).
202 Quanto as autuações, em 2016 foram emitidas 30.532 autuações, em 2017 foram emitidas 39.212
203 e no primeiro semestre de 2018 registramos aumento de 30%. Expôs ainda sobre os 2 projetos
204 desenvolvidos CEMATRAM (60 crianças/Campo Grande) e Patrulha Mirim Rodoviária (60 crianças
205 em Três Lagoas). São projetos voltados para reforço escolar, cidadania e educação para o trânsito.
206 Quanto as Propostas para o PNATRANS eluidou que: **1) INVESTIMENTOS:** Readequação dos
207 convênios de trânsito e descontigenciamento do funse. **2) ENGENHARIA:** implantação de rodovias
208 inteligentes que permitam acompanhar o fluxo viário e o controle de velocidade. **3)**
209 **EQUIPAMENTOS DE FISCALIZAÇÃO:** modernização/aquisição para fiscalização. **4) RECURSOS**
210 **HUMANOS:** ampliação, capacitação, e especialização. **5) AMPLIAR O TRABALHO DE**
211 **EDUCAÇÃO COM FOCO NA CRIANÇA E ADOLESCENTE.** Em seguida passou a palavra para a
212 **Senhora Maria Suely Nogueira** (Representante da SESAU) que agradece o convite por estar
213 expondo sua experiência quanto ao assunto **“Vida no Trânsito”** e que as propostas para melhorar
214 o trânsito mostra que estamos no caminho certo em termos de ação para a recução das mortes e
215 lesões no trânsito. Que a SESAU a pedido da ONU trabalha com o Programa **“Vida no Trânsito”**
216 implantado no Brasil em 2010. Que a partir de 2011 iniciou-se a base de dados da saúde e do
217 trânsito e hoje temos um diagnóstico extremamente fiel de todos os acidente (onde, quando, porque,
218 horário, fator de risco, causas principais, etc). Esclareceu que aproximadamente 62% das vítimas
219 fatais notificadas por ATT são procedentes de dez países, que, em ordem de magnitude, são: Índia,
220 China, Estados Unidos, Rússia, Brasil, Irã, México, Indonésia, África do Sul e Egito, os quais são
221 responsáveis por 56% da população mundial. Que quase metade (46%) das pessoas que morrem
222 em acidentes de trânsito são pedestres, ciclistas ou motociclistas. Que 44% dos países não têm
223 políticas que encorajem a utilização dos transportes públicos como alternativa ao transporte
224 automóvel. Que existe uma Comissão **Composta por um representante, titular e suplente, do:**
225 **Ministério da Saúde, (Coordenador); Casa Civil da Presidência da República; Gabinete de**
226 **Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério das Cidades; Ministério da Justiça;**
227 **Ministério dos Transportes; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e**
228 **Secretaria-Geral da Presidência da República.** Esse programa vem para subsidiar os gestores para
229 atuarem a partir de evidências, e não se tome posições fragmentadas e sem diagnóstico. Que o
230 Programa Estadual e Municipal visa subsidiar gestores nacionais/locais no fortalecimento de
231 políticas de prevenção de lesões e mortes no trânsito por meio da qualificação, planejamento,
232 monitoramento, acompanhamento e avaliação das ações. Todo Brasil segue uma metodologia que
233 são a formação de Comissões: Formação de parcerias; Coleta, Gestão e Análise de Dados, Ações
234 Integradas de Segurança Viária (PPP-Processo de Proatividade de Parceria), Renovação e
235 Expansão, Revisão Anual e Geral, Monitoração de Desempenho, Avaliação e Reconhecimento.
236 Demonstrou os indicadores do Programa de 2011 a 2017 constando Número absoluto de óbitos,
237 por ATT, ocorridos no município – monitoramento do PVT, Taxa de mortalidade de ATT, por
238 100.000/h. (residentes), Razão de mortalidade por 10.000 veículos (residentes), Razão de
239 mortalidade por 100.000/H – óbitos linkados pelo PVT, Razão de mortalidade por 10.000/veículos
240 – óbitos linkados pelo PVT que elucida a queda significativa dos acidentes e mortes no trânsito em
241 área urbana. Que estamos conseguindo mudar comportamentos, promover cultura de segurança
242 viária. Também explicou que as fases de elaboração dos programas Integrados em 2018 são:
243 Fatores Principais/Locais de risco; Grupos locais de vítimas; Fatores relevantes/Locais de risco;
244 Programa de Segurança Viária. Informou que no país ainda há grande número de mortandade, não
245 nas capitais, mas nas cidades do interior. Concluiu esclarecendo que os objetivos desse trabalho
246 é: Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos, em todas as idades; Até 2020,
247 reduzir pela metade as mortes e as lesões no mundo por ATT; Tornar as cidades e os
248 assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; Até 2030, proporcionar
249 o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível
250 para todos, melhorando a segurança viária por meio da expansão dos transportes públicos,

251 com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade,
252 mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos. A **Senhora Maria do Carmo** parabenizou
253 as explanações da equipe e a Conselheira Inês por ter sugerido essa pauta, e ressaltou a
254 importância deste Conselho em levar essas informações aos demais municípios do Estado, para
255 que possam se integrar ao programa. Diz que o resultado do trabalho é gratificante, pois estamos
256 salvando vidas. A **Conselheira Inês** indagou sobre a falta da AGESUL na Audiência Pública, se a
257 Senhora Regina é concededora do **Decreto 4.457 de 2013** (Autoriza o DETRAN a planejar,
258 controlar e executar obras e serviços de engenharia, sinalização e toda competência que é da
259 AGESUL) e ainda qual a posição do CETRAN mediante a questão das funções e do que é
260 prioridade. A **Senhora Regina** responde que esse questionamento é feito com frequência quanto
261 ao Artigo 14 do Código de Trânsito Brasileiro, que é uma Lei Federal. Que nosso estado teve avanço
262 muito grande na integração dos municípios. Informou que Minas Gerais tem 800 municípios e
263 somente 26 são integrados, o que é um absurdo. Nosso Estado tem o privilégio de ter conseguido
264 57 municípios integrados, dos quais 55 são efetivamente integrados e tem uma autoridade municipal
265 de trânsito atuante, a Coordenadoria de trânsito tem um representante em 48 municípios, os 57 tem
266 a Junta Administrativa de Recursos de Infração que faz a questão recursal em primeira instância e
267 a fiscalização através dos convênios com o Governo do Estado, com a SEJUSP, DETRAN e Polícia
268 Militar para realizar sua fiscalização. Essa condição de estar atuante, temos a tranquilidade de que
269 o CETRAN tem conseguido realizar um acompanhamento mensal. Apesar de ter um quadro reduzido
270 (uma presidente, uma Secretária Executiva e 12 Conselheiros), o CETRAN tem procurado atender
271 satisfatoriamente, acontecem falhas, mas temos sido bem valorizados pelo Governo do Estado,
272 pela Secretaria de Segurança Pública. Responde ainda que o grande problema é a mudança
273 política. Que há reuniões com todos os Gestores e Coordenadores de 2 a 3 vezes por ano, onde
274 trazemos especialistas de fora, trazemos as pratas da casa na área de fiscalização, os policiais
275 militares ajudam intensamente nessa capacitação, e quando está tudo pronto, quando o técnico
276 está preparado, muda o governo municipal e muda todos os técnicos. A política de trânsito e
277 mobilidade urbana, é a política do século 21. Educação e saúde já tem cotas certas e não
278 necessitam de discussões. O que precisamos discutir hoje, é a melhor qualidade de vida do cidadão
279 que está circulando em todas as cidades. Quanto ao Órgão Executivo de Trânsito Rodoviário
280 (AGESUL), posso dizer que a fiscalização das rodovias funciona, a Junta Administrativa do Órgão,
281 também funciona. O que falta é gestão e educação. Assim como o DETRAN é órgão executivo
282 estadual de trânsito urbano e todo mundo conhece, a AGESUL que é órgão executivo estadual de
283 trânsito rodoviário também deveria ser conhecido e deveria estar agindo na mesma proporção que
284 o DETRAN, o que não acontece. Que a questão referente a AGESUL, não é reclamação, é o não
285 atendimento a Lei Federal na área de gestão e educação, e atende somente a fiscalização.
286 **Conselheira Edymar** manifestou-se encantada com o cruzamento de dados, diagnóstico,
287 levantamento e monitoramento. Perguntou se os recursos do FUNDERSUL, juntamente com o
288 DERSUL, contribuem para a fiscalização do trânsito nas rodovias estaduais? A municipalização do
289 trânsito é uma política do CONTRAN? A **Senhora Regina** responde que o CONTRAN e DENATRAN
290 está dentro do Ministério das Cidades. Quanto a questão de recursos, em 2002, os municípios
291 encaminhavam para o DENATRAN, projetos bem elaborados, porque tínhamos diretrizes, e nós
292 retornávamos recursos financeiros para os municípios. Mas isso acabou, o recurso está
293 contingenciado na União desde 2003 até hoje. Temos debatido bastante nos Fóruns nacionais e
294 nos Conselhos, que retorne pelo menos uma parte. O trânsito não tem nenhum percentual,
295 trabalhamos com os recursos que vem de infrações de trânsito que vem para o município e para o
296 estado. O **Senhor Franco Alan** responde que um dos recursos para o trânsito vem das multas, que
297 o código de trânsito proíbe que as multas sejam empenhadas em outras áreas que não seja o
298 trânsito. Quando se lavra uma multa, o recurso é carimbado. O trânsito que não é municipalizado
299 não tem como se lavrar fiscalização, o município não arrecada nada. Já nos municípios em que o
300 trânsito é municipalizado, os recursos se dividem para o DETRAN, a polícia militar e o município.

301 No batalhão de trânsito temos em caixa 3 milhões de reais oriundos de notificações, onde a PM só
 302 empregar esse recurso em educação, fiscalização e equipamentos de trânsito. A **Conselheira**
 303 **Gisela** responde para a Conselheira Edymar que o FUNSERSUL foi criado somente para
 304 manutenção e conservação de rodovias estaduais. A lei já sofreu várias alterações e podemos
 305 pavimentar e implantar rodovias, pavimentação e drenagem urbana, projetos, manutenção e
 306 onservação de pontes, manutenção de equipamentos, mas nenhum recurso é direcionado para a
 307 fiscalização. **Conselheiro Aroldo** questionou a composição do CETRAN, fez uma análise sobre os
 308 recursos para a mobilidade e exemplificou que saúde e educação se mobilizaram e tem seus
 309 recursos, habitação foi modelo nacional, se viabilizou e também tem o seu recurso. Por que não
 310 viabilizar o Fundo Estadual de Transporte, Trânsito e Mobilidade? Questionou ainda sobre a
 311 velocidade nas vias de acesso a cidade. Que não cabe andar a 50 km e sim a 70. A **Senhora**
 312 **Regina** responde que a composição do CETRAN tem representação dos Órgãos Públicos, uma
 313 grande representação da sociedade, representantes dos municípios, de Organização não
 314 Governamental, da ABRAMED (médicos), do Sindicato de trabalhadores rodoviários. Que o
 315 CETRAN é democrático e com todas as representações. Quanto aos fundos, o Fórum Nacional de
 316 Conselhos de Trânsito (FOCOTRAN), do qual é representante do Centro Oeste, que tem 18 meses
 317 de criação, com suas discussões, foi deliberado a Resolução 688 de 2017, onde dá nova forma a
 318 estrutura do CETRAN e está funcionando, pois já recebeu do DETRAN (que é o Órgão que mantém
 319 o financeiramente o CETRAN – Portaria 337), a proposta orçamentaria para 2019. Informou que o
 320 CETRAN de MS é diferenciado dos CETRANS de muitos estados, pois temos Conselheiros com
 321 especialização, estamos mudando para um prédio de excelente qualidade, temos veículo próprio,
 322 temos condições de viajar todo o estado com recursos do BPTRAN (Batalhão de Polícia Militar de
 323 Trânsito). Quanto ao Fundo para Trânsito, Transporte e Mobilidade, é uma luta nacional para que
 324 tenha uma legislação para que cada estado direcione um percentual para que os CETRANS tenham
 325 sua independência. O CETRAN-MS não sente muito essa necessidade, pois não existe nenhum
 326 município de MS que não tenha sido atendido. Que há necessidade de se institucionalizar para que
 327 tenha continuidade e que as pessoas sejam especializadas na área. A **Senhora Maria do Carmo**
 328 demonstrou preocupação com o avançado da hora e deixo a relevância do assunto, propôs que o
 329 assunto voltasse em pauta na próxima reunião, o que foi aceito por todos os Conselheiros. O
 330 **Conselheiro Maidana** sugeriu que fosse convidado o Diretor Presidente da AGETRAN, Senhor
 331 Janine. Prosseguindo, a **Senhora Maria do Carmo** apresenta a **Revisão dos Valores de**
 332 **Investimento no Programa Lotes Urbanizado**. Informa que já havíamos autorizado recursos para
 333 serem investidos na aquisição dos kits para o programa Lote Urbanizado, porém conforme foram
 334 sendo realizadas as aquisições, algumas cidades apresentaram alterações: alguns municípios para
 335 mais e outros para menos, **conforme quadro explicativo anexo a esta ata**. Que como tudo que
 336 realizamos, solicitamos autorização do Conselho, estamos apresentando a real aplicação dos
 337 recursos do FEHIS nos municípios. Houveram municípios em que foram necessários maior
 338 aplicação dos recursos e houve alteração nos preços, apesar que os valores apresentados
 339 anteriormente eram estimados. Hoje, estamos demonstrando o quadro real do que aplicamos até o
 340 momento. Demonstrou que economizamos **R\$ 61.108,23**. Em seguida a **Senhora Maria do Carmo**
 341 fez a **Apresentação da Arrecadação FEHIS/MORAR LEGAL e TAXAS de Despesas**
 342 **Operacionais dos meses de junho e julho/2018**: Fez a ressalva de que no mês de julho/2018,
 343 arrecadamos **R\$ 563.500,04**, valor esse nunca arrecadado.

| FEHIS | | MORAR LEGAL | TAXAS |
|--------------|-----------------------|-----------------------|----------------------|
| MESES | VALOR | VALOR | VALOR |
| JUNHO/2018 | R\$ 261.732,70 | R\$ 226.707,14 | R\$ 20.167,82 |
| JULHO/2018 | R\$ 274.323,56 | R\$ 269.085,72 | R\$ 20.090,76 |
| TOTAL | R\$ 536.056,26 | R\$ 495.792,86 | R\$ 40.258,58 |

344 A **Senhora Maria do Carmo** lembrou-se de um informe importante referente ao município de
345 Anaurilândia. Que estava feliz porque a AGEHAB-MS conseguiu 144 matrículas para as famílias
346 que residem no conjunto habitacional da CESP, que foi construído há mais de 30 anos atrás. Que
347 foi custo zero para o setor público, e que será agendado data para a entrega. Dando
348 prosseguimento a **Senhora Maria do Carmo** passou para a **Definição de pauta para próxima**
349 **Reunião**. Ficou definido que para a Reunião do mês de setembro, daremos continuidade a
350 **Apresentação do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS)**
351 **com a Sra. Regina Maria Duarte - Presidente do CETRAN-MS** e equipe, devendo os Conselheiros
352 trazerem seus questionamentos, e ainda devemos convidar o Sr. Janine de Lima Bruno, Diretor
353 Presidente da AGETRAN. Que a pauta definida anteriormente sobre a exposição de Energia Foto
354 voltaica, ficará para o mês de outubro/2018. A **Conselheira Inês** sugeriu que ainda este ano,
355 possamos falar sobre a violência Institucional, Social, Cultural e suas vertentes. Que a CNBB lançou
356 este ano a campanha da fraternidade com o slogan **“Fraternidade e Superação das Violências”**.
357 Informou que no dia 21 de outubro/2018, será realizada no Belmar Fidalgo, a **“Cidade da Paz”**,
358 onde estarão presentes os segmentos governamentais, não governamentais, Movimentos Sociais
359 expondo a culminância de seus trabalhos sobre o assunto. Para **CONGFEHIS**, não ficou definida
360 nenhuma pauta. Nada mais a ser tratado, a **Senhora Maria do Carmo** encerrou a reunião às 17
361 horas. Ata redigida por **Tânia Marques**.